



COMISSÃO DE FUTUROS

(Reunião de quarta-feira, 3 de novembro de 2021)

SENHOR PRESIDENTE (Rodrigo Goñi Reyes).- Havendo quórum, está aberta a reunião.

(São 15 horas e 10 minutos)

—Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer enormemente ao nosso convidado especial: o professor José María Lassalle.

Agradeço também à Universidade Católica, que nos permitiu ter José María hoje aqui, conosco.

Damos as boas-vindas ao doutor Facundo Ponce De León, diretor do Departamento de Humanidades e Comunicação da UCU; à doutora Ana Fascioli, diretora do Instituto de Filosofia, e ao licenciado Miguel Pastorino - que já é habituê em nossas comissões -, também integrante da equipe da Universidade Católica.

Estava entre as nossas pretensões poder contar com a presença do professor José María Lassalle nesta Comissão de Futuros e também na Especial de Inovação, Ciência e Tecnologia. A Universidade Católica se adiantou e nos permite ter esta instância. Então nos fez um grande favor

Para que o nosso convidado conheça quem está na sala, comento que aqui também há senadores de todos os partidos, que abriram um espaço na agenda para estar presentes neste encontro. Hoje é um dia de sessões normal; é um dos mais intensos.

Também há alguns especialistas que estão nos acompanhando neste processo da Comissão de Futuros.

Esta instância vai durar uma hora de relógio, então temos de nos ajustar a esse tempo. Não vou falar muito mais porque, senão, tiro tempo de José María.

Vou fazer uma apresentação muito breve.

José María Lassalle é doutor em Direito pela Universidade da Cantábria, desde 1999. Obteve a qualificação de excelente (sobresaliente) na sua formatura.

Iniciou sua trajetória profissional como pesquisador e professor da Universidade da Cantábria.

De 2001 a 2003, foi professor na Universidade Carlos III, de Madri.

Entre 2002 e 2003, foi coordenador científico no Centro de Estudos Hispânicos e Ibero-Americanos da Fundação Carolina, do Ministério de Assuntos Exteriores.

De 2004 a 2008, continuou sua atividade acadêmica como professor de Sistemas Políticos Comparados, na Universidade de San Pablo, em Madri, Espanha.

Posteriormente, foi professor na Universidade Rey Juan Carlos, de Madri.

Desde 2019, é professor de Teoria do Direito e Filosofia do Direito na Universidade Pontifícia Comillas. Também é professor do programa DBA in Management and Technology e da pós-graduação em Direito e Data Analytics da Business School da mesma Universidade.

Fora do âmbito acadêmico, colabora em diversos meios de comunicação. Em 2002, esteve no ABC; depois, no El País e agora está no La Vanguardia e em programas de televisão e de rádio do sistema nacional da Espanha.

Atualmente, é membro da Diretoria do Cercle d'Economia, de Barcelona, onde o temos acompanhado.

Foi membro da comissão de especialistas que assessorou o governo da Espanha na elaboração da Estratégia Nacional sobre Inteligência Artificial.

Também escreveu vários livros. Vou citar os dois últimos, que me seduziram: Ciberleviatán. - El colapso de la democracia liberal frente a la revolución digital - sobre o qual gostaríamos de conversar a seguir - e El liberalismo herido. Reivindicación de la libertad frente a la nostalgia del autoritarismo, que tem a ver com todos esses temas que nos interessam. Não sei como José María vai fazer para nos iluminar em um instantinho.

Como vocês sabem, o Parlamento tem diversas comissões que estão abordando as transformações digitais. Esta área apresenta oportunidades extraordinárias, mas também ameaças para o ser humano, com o que significa o seu papel e a sua própria ontologia e, nem se fala, o seu papel na sociedade, a sua forma de se relacionar e também o seu impacto na democracia tal como a conhecemos.

Conversamos muito sobre a possibilidade de um Ciberleviatán. Justamente, o seu livro nos chamou a atenção. Sempre há duas formas de visualizar essas situações. Uma é com desdém, dizendo: "Isso está muito longe! Nunca vai acontecer com a gente!" A outra é adotando as precauções necessárias e tomando consciência. Eu sempre prefiro ser dramático. Nós, que estamos vivos, preferimos ser dramáticos e não ficar dormindo.

Indubitavelmente, José María, nesses livros e também na sua pregação, fundamenta muito bem todos os riscos e as ameaças que estão presentes na era tecnológico-digital para a democracia tal como a conhecemos.

Então, José María, gostaríamos de poder conversar com você sobre esses aspectos e que você nos ajude a entender a sociedade em que vivemos e, sobretudo, os riscos. Não é que estejamos amedrontados, mas quando a gente se prepara para resistir a certo risco, tem a possibilidade, depois, de aproveitar as oportunidades; se não faz isso, essas oportunidades serão para outros.

Novamente agradeço a todos por virem.

SENHOR LASSALLE (José María).- Muitíssimo obrigado, presidente, pela amável apresentação que o senhor fez.

Agradeço também aos senadores, às senadoras, aos deputados e às deputadas que participam desta Comissão, assim como aos especialistas que estão presentes.

Agradeço o amável convite que me fizeram.

Para mim, estar aqui é como voltar para casa, porque durante sete ou oito anos fui - o presidente deixou de mencionar - deputado no Congresso. Fui portador de cultura, conheço o funcionamento parlamentar porque fui deputado nacional no Congresso espanhol e depois fui por sete anos secretário de Estado de Cultura e de Agenda Digital, pelo que conheço o outro lado do poder, não só do Poder Legislativo, mas também do Poder Executivo. Portanto, sinto-me em casa, na parte em que a gente volta a um espaço como este, que é o espaço da deliberação pública, institucionalizada. Para mim é sempre uma honra poder comparecer.

Não sei muito bem qual é a dinâmica. Vi que há um questionário e não sei se vamos seguir com isso. O presidente praticamente veio a dizer aquilo sobre o qual eu gostaria de refletir. Vou tentar ser breve e depois proporíamos um diálogo, uma interlocução.

Creio que um dos desafios que estão pesando sobre a democracia liberal em todos os países ocidentais é precisamente a existência de um déficit democrático em torno do processo da transformação digital. Estivemos vivendo durante alguns anos, provavelmente desde os inícios da revolução digital, materializada em um momento bem concreto, por meio do surgimento do smartphone e de tudo o que

representou a incorporação da tecnologia de maneira hipercotidiana à vivência que, como seres humanos, projetamos cotidianamente na nossa maneira de nos relacionarmos com os outros, houve um processo de transição, de transformação, de revolução digital que foi desenvolvido sem a presença de um controle democrático, sem uma capacidade de regulação legislativa, sem uma identificação dos riscos e dos problemas a que um desenvolvimento podia nos levar, que progressivamente foi se voltando para enfoques mais distópicos que utópicos nos processos de transformação digital. Isso é consequência de a revolução digital ter tratado o ser humano como consumidor de conteúdos e como usuário de aplicativos. E modelizando-o dentro de estruturas de economias de plataformas que basearam um conceito de prosperidade na geração de dados e na utilização, por meio de modelos de negócios, de algoritmos que buscaram maximizar a obtenção de rentabilidades e externalidades econômicas, localizadas na geração de uma prosperidade que, longe de contribuir para uma repartição equitativa dela, foi gerando brechas de desigualdade muito mais profundas do que as que originalmente existiam nesse processo de transição que o capitalismo pós-industrial está experimentando, próprio de uma modernidade tardia como a que se viveu até os anos 90 e início do século XXI, e uma pós-modernidade acelerada com um capitalismo cognitivo de plataformas, que é o que neste momento caracteriza a geração de prosperidade e de desenvolvimento econômico na imensa maioria dos países de todo o planeta, não só das democracias liberais. Acontece que nas democracias liberais essa transformação do modelo econômico e a incidência social que essa transformação do modelo econômico está tendo estão alterando os eixos de normatividade e os estabilizadores políticos que sustentam as democracias liberais, entre outros motivos porque a mudança do conceito de trabalho, tal como este se identifica a partir da economia fordiana com o pacto capital-trabalho, que sustentou as dinâmicas do Estado social e democrático de direito e, portanto, a construção do Estado de bem-estar, está se modificando de maneira muito radical e contribuindo para a emergência de uma nova configuração do trabalho, um trabalho automatizado que tende progressivamente a marginalizar o ser humano, a limitar o valor agregado que o trabalho humano proporciona ao desenvolvimento de uma economia automatizada.

Dentro desse esquema de transformação, está se produzindo um fenômeno de erosão do peso econômico que o trabalho tem no PIB das economias desenvolvidas - cada vez pesa menos o trabalho no PIB de todas as economias desenvolvidas -, e é consequência de uma progressiva automação por meio da inteligência artificial, dos modelos de robótica e de maquinização que em todos os níveis estão sendo desenvolvidos e fazendo com que o valor humano do trabalho se reduza, incidindo, fundamentalmente, nos âmbitos de especialização profissional. Isso está deteriorando o peso que as classes médias têm dentro das democracias liberais, e uma democracia liberal não pode ser entendida sem classes médias; são os grandes estabilizadores sociais e os que sustentam, precisamente, as políticas igualitárias e as estruturas de equidade de uma sociedade democrática. Esse deslocamento que a classe média está sofrendo em nível global, que está gerando uma progressiva atomização das estruturas sociais, é o que está favorecendo os fenômenos populistas, a emergência dos populismos de extrema direita, de extrema esquerda e a erosão

progressiva dos estabilizadores alternativos de centro-direita, de centro-esquerda, que modelaram a estabilidade política das democracias liberais na Europa, nos Estados Unidos ou na América Latina.

Essa é a realidade que nós, as democracias liberais, mais imediatamente estamos sofrendo e que é, basicamente, a consequência de uma transformação digital sem controle democrático, ou seja, sem uma cultura de legalidade jurídica, de direitos e sem levar em conta que todos esses processos de mudança social acelerada nos aproximam extraordinariamente dos fenômenos que acompanharam outra revolução que se produziu previamente há muito tempo, que foi a revolução industrial. Estamos em um período de transição crítica muito parecido com o que viveu a revolução industrial dos anos 20, 30, 40 do século XIX e que forçou os Estados democráticos na Europa a levar a cabo toda uma série de processos de socialização do bem-estar, de universalização da educação, do direito de voto, da construção do que depois veio a ser a democracia tal como a entendemos. E foi a consequência de tentar submeter, democratizar, o que foi a revolução industrial, que gerou um capitalismo industrial com as descrições que não só Marx apresenta em *O Capital*, mas também Dickens em seus romances, que refletem claramente uma série de deslocamentos, de desigualdades enormes que afetaram, evidentemente, as sociedades europeias durante toda a primeira metade e uma parte muito importante da segunda metade do século XIX.

Como digo, tudo isso é consequência de um modelo de mudança social propiciado pela tecnologia que carece de governança. Um modelo, como eu dizia há um momento, que trata o ser humano como consumidor de conteúdos, usuário de aplicativos. E onde fica a pessoa? Onde fica a cidadania? Ou seja, estamos enfrentando transformações digitais que não contribuem para aprofundar a pessoa humana, dar-lhe conteúdo, coerência, salvá-la dos processos de alienação que a tecnologia e, precisamente, a arquitetura que acompanha o desenvolvimento da tecnologia, e que está em todos os instrumentos que a transformação digital desenha, não percebe em sua dimensão cívica ou em sua dimensão pessoal. Quando nos colocamos diante de uma tela, a tela nos prende de maneira inconsciente; rompe-se o conceito de maioridade kantiana que fundamentou desde o Iluminismo a modernidade política. Busca-se não a maioridade de quem opera em contato com a tela, mas a infantilização do ser humano. E é uma maneira consciente e deliberada que está por trás da arquitetura tecnológica que acompanha o desenho não só dos conteúdos e dos aplicativos e da arquitetura tecnológica, mas é uma realidade que está gerando umas tensões que afetam inclusive ontologicamente o ser humano. Ao mesmo tempo, está produzindo enormes avanços, mudanças extraordinárias que fizeram, entre outras coisas, com que a vivência da pandemia fosse menos dramática do que por si só foi. E tudo isso está acontecendo sem uma governança e a questão é: aceitaremos que essa realidade continue se produzindo? Temos de continuar aceitando que vivamos um processo de transformação digital sem controle democrático? Por que a experiência republicana da democracia não opera no âmbito da Internet? Esse é o grande debate, mas é um debate que, infelizmente, não está na maioria das agendas legislativas nem das agendas dos governos. Nesse sentido, o Uruguai durante muito tempo

desenvolveu uma agenda específica que trabalhou modelos de governança aplicados à tecnologia, foi capaz de desenhar um processo de transição digital com lógicas equitativas, incidiu especialmente no âmbito da educação, no desenvolvimento de estruturas igualitárias nas infraestruturas tecnológicas. Na minha opinião, o Uruguai foi e pode continuar sendo um modelo em que reconhecer, pelo menos, a potencialidade de que essas ideias que estou pondo aqui sobre a mesa sejam incorporadas à agenda legislativa e à agenda política e institucional. A Europa sim tem isso claro. A União Europeia, por meio da comissão, tanto na época da presidência de Juncker como agora sob a presidência de Von Der Leyen, está insistindo em que a Europa deve desempenhar o papel de um ator global frente aos Estados Unidos e à China, no que representa a geração de uma governança democrática da tecnologia, que se baseia não só no desenvolvimento de um regulamento de dados, mas de um regulamento de inteligência artificial, de uma dignificação do dado, de uma função social dos algoritmos e de umas dinâmicas que o que buscam é, fundamentalmente, a socialização equitativa da tecnologia; gerar prosperidade, mas para todos, e sem que isso traga anexa a desumanização do ser humano e, claro, deixar para trás a possibilidade de articular uma melhoria da própria democracia como uma ciberdemocracia. Eu creio que essas dinâmicas fazem parte de uma fronteira que marca um vetor que orienta uma estratégia a respeito do futuro. Se não incorporarmos multilateralmente essa reflexão não só à agenda 2050 das Nações Unidas, não só a todas as estruturas multilaterais que articulam as relações dentro das democracias liberais, nos exporemos a um desenho distópico da transformação digital. Um desenho distópico em que, por um lado, os Estados Unidos estão ensaiando um modelo; um modelo siliconizado, onde há uma clara corporificação mercantilizada da transformação digital, com um desenho em que nem a equidade nem a governança são concebidas como parte da reflexão política, apesar de a Administração Biden agora estar tentando, por todos os meios, levar a cabo um crescente controle democrático sobre as grandes corporações tecnológicas. Acaba de ser aberta uma causa contra o Google, tentando aplicar a legislação antitrust, pelo menos no âmbito da comercialização de seus produtos; isso já é um primeiro identificador de uma possível política que condicione democraticamente o aumento de poder que as corporações tecnológicas têm nos Estados Unidos. Mas o desenho busca, fundamentalmente, a neutralidade política na ação da tecnologia.

Por outro lado, está a China, com um desenho claramente de capitalismo de vigilância, de hierarquização e verticalização do poder mediante uma inteligência artificial que esteja a serviço de um partido no poder, de uma elite que organiza autoritariamente a forma de construção do seu desenho tecnológico, com uma clara orientação para a hegemonia global.

E o resto somos nós, que temos de ser capazes de desenhar uma construção multilateral que permita, como digo, uma reflexão democrática que aposte claramente na socialização do valor que a tecnologia tem, que contribua para uma interação equitativa entre os sujeitos que operamos na infosfera.

Essa é um pouco a reflexão que está por trás do humanismo tecnológico, que acompanha o processo de aplicação dos fundos da Next Generation, com os quais a Europa quer levar a cabo sua transformação econômica, a construção de um mercado com uma economia circular verde, baseada em um mercado que restabeleça os padrões do ordoliberalismo que acompanhou a construção do mercado comum após o fim da Segunda Guerra Mundial e que está na filosofia de Walter Eucken e dos outros teóricos do liberalismo europeu, que construiu - insisto - o ordoliberalismo do mercado comum. Mas, ao mesmo tempo, insisto, essa reflexão que acompanha todo esse processo foi incorporada à agenda legislativa, à agenda política e procura configurar a Europa como um ator global que o que busca, fundamentalmente, por meio de uma diplomacia tecnológica, é tecer alianças estratégicas com outros atores globais potenciais. E a América Latina, por sua cultura democrática liberal, por seu assentamento dentro das dinâmicas do que é uma cultura complexa, no sentido democrático do termo, parlamentar, republicana, apresenta afinidades eletivas na defesa dos direitos humanos, nos valores da cultura democrática, com a Europa, e poderia, ao mesmo tempo, tecer alianças estratégicas com uma área muito importante neste momento do ponto de vista geopolítico, como é a África e, particularmente, o mundo mediterrâneo, com toda uma projeção sobre o mundo árabe, onde creio que existe uma janela de oportunidades para - insisto - gerar uma governança multilateral que reconduza o cenário que descrevi muito rapidamente.

Já me calo, passo a palavra aos senhores e mantemos o diálogo, que creio que vai ser muito mais interessante que a conversa monopolizada por mim neste momento.

Obrigado.

(Aplausos)

SENHOR PRESIDENTE.- Enquanto esperamos as perguntas, gostaria de saber, com referência ao final, a essa distopia, por que o senhor visualiza que, se nada for feito, a transformação digital pode propiciar uma perda de espírito crítico que, por sua vez, poderia favorecer a reivindicação de uma organização totalitária, que hoje as corporações digitais teriam a possibilidade fácil de concretizar. Por que o senhor visualiza essa possibilidade, professor? Ou é para nos provocar com o livro?

SENHOR LASSALLE (José María).- Realmente está se produzindo uma série de alterações - identifiquei algumas durante a minha exposição - vinculadas diretamente com a crescente polarização populista que as classes médias experimentam e que têm muito diretamente a ver com o que descrevi. Basicamente, está se produzindo uma transformação ontológica do ser humano, ou seja, o ser humano está alterando seus hábitos comportamentais em relação à tecnologia. Vivemos sob processos de liberdade assistida, em um sentido em que vai se reduzindo a capacidade, que está na origem do Iluminismo e da modernidade política, de desenvolver modelos de conscientização responsável crítica do exercício da liberdade. Não podemos entender a democracia se não há por trás um cidadão com uma capacidade de consciência crítica que lhe permita exercer

sua liberdade responsabilmente. Nessa desresponsabilização que um ser humano em contato com a tecnologia está experimentando e que experimenta cotidianamente, mediante o uso de aplicativos ou o acesso a conteúdos, os algoritmos que estão nos fazendo, de maneira mais eficiente, o que já somos. Por exemplo, quando entramos em uma plataforma e o algoritmo nos coloca os conteúdos diante de nós em função do rastro digital que estamos deixando atrás de nós, buscando que não saíamos desse rastro, mas continuemos aprofundando no que já somos, há, evidentemente, uma limitação da nossa predisposição natural, dentro de uma epistemologia moderna, à falha, ao erro, à fragilidade, a tudo o que, como Popper coloca em sua dinâmica epistemológica, explica que aprendemos a partir da tentativa e erro. Se descartamos o erro e descartamos a fragilidade humana, estamos gerando estruturas sociais cada vez mais robotizadas; estamos gerando modelos de liberdade não responsáveis, modelos de liberdade assistida.

Se, ao mesmo tempo, uma parte muito importante dos âmbitos comportamentais foi modificada - quem coloca isso é um filósofo com muitos seguidores neste momento na Europa, Byung-Chul Han, filósofo coreano, mas formado na Alemanha, que faz uma leitura do pensamento de Heidegger em contato com a tradição oriental e está gerando debates críticos muito importantes na Europa em torno dessas questões -, se vivemos presos na tela, estamos rompendo as estruturas de sociabilidade a que estamos acostumados e que temos na nossa memória social, que está nas nossas famílias, que está na forma de convivência democrática, que está na maneira de nos organizarmos empresarialmente, em como se desenvolve o trabalho; presos na tela, desenvolvemos mecanismos de narcisismo hiperindividualizado, em que o outro não existe, em que o outro existe como um ser que age mais como um avatar com o qual não temos contato. E isso o que facilita? Facilita e é uma das razões que explicam, por exemplo, a polarização nas redes sociais. Se não temos um outro com quem nos confrontar fisicamente e o dissolvemos como um avatar que se esconde atrás de uma identidade que age nas redes sociais, e as redes sociais têm desenhos de algoritmos conversacionais que o que buscam é gerar mais tráfego de dados - e o ódio contribui para o tráfego de dados mais que a amizade; isso está constatado do ponto de vista empírico, porque a polarização é em grande medida um resultado de desenho com vieses algorítmicos que contribuem para gerar conversas mórbidas que provocam mais geração de dados porque há um modelo de negócio por trás que comercializa esses dados e os explora independentemente do que esteja acontecendo na rede, entre outras coisas, nos habituando ao ódio, a considerar o outro como alguém que podemos perfeitamente desprezar sem que isso implique absolutamente nada -, estão se produzindo elementos comportamentais, para não falar da perda da nossa capacidade de atenção, da nossa capacidade de fixar melhor nossos sentimentos como, quase me atreveria a dizer, mamíferos, na hora de interagir com outros. Tudo isso é consequência das estruturas comportamentais que a tecnologia aplicada às telas e aos desenhos tecnológicos incorpora.

Por que tudo isso é assim? Porque não há uma regulamentação jurídica que ampare. Por exemplo, para beber uma garrafa de água há uma normativa, desde um código que garante a rastreabilidade e que isso favorece a saúde humana, ou não a prejudica, mas nada acompanha o uso deste smartphone com uma série de cláusulas normativas que

nos protejam dos danos que emocionalmente está produzindo, por exemplo, por meio do mobbing nos colégios, por meio do desenvolvimento das redes sociais sem nenhum controle.

Essa realidade de exigir uma regulamentação, uma legislação que proteja a infância, que proteja a velhice, que introduza vieses que acabem com a brecha de gênero, que evitem vieses que contribuam para a racialização, que desapareçam vieses que contribuam para a desigualdade, a gente se põe a googlear e verá situações em que os vieses algorítmicos estão reproduzindo situações que contribuem para a desigualdade, para não falar de como há uma brecha de gênero muito marcada no âmbito, por exemplo, das carreiras de engenharia, em que cada vez há menos mulheres entrando na universidade para cursar graduações em engenharia. O número de mulheres que estão em cargos de CEO no âmbito tecnológico é infinitamente menor que em qualquer outro setor.

Enfim, há uma série de cenários que evidencia que há um mundo que está contribuindo cada vez mais, por um lado, para limitar nossa capacidade de decidir crítica e responsabilmente nas decisões que tomamos e, ao mesmo tempo, um mundo mais desigual, porque para poder lidar com isso de maneira útil em termos pessoais e cívicos é preciso ter capacidades cognitivas, formativas e uma capacidade, sobretudo, de empoderamento crítico que muito pouca gente tem. Isso podemos utilizar nós para nos enriquecer intelectualmente ou facilitar nossas vidas, mas nós não somos o comum dos mortais.

A desigualdade está acompanhando a diferença nas capacidades cognitivas para a qual o desenvolvimento da arquitetura tecnológica, que acompanha esses processos, está contribuindo. E se já há brechas na educação, vai haver muito mais brechas nas capacidades de agir em relação à tecnologia. Se não educamos para considerar que o ser humano tem de continuar sendo a medida de todas as coisas também aqui, isso acabará nos marginalizando. Já está nos marginalizando no trabalho porque nossos currículos profissionais estão sendo progressivamente preteridos, não só no valor econômico pelo trabalho que aportamos, mas amanhã porque a máquina vai nos tornar substituíveis e, provavelmente, o único recurso - e seria lamentável que esse fosse o único recurso da democracia para salvar sua sustentabilidade - seja a renda básica universal. Não creio que esse deva ser o horizonte com que salvemos a democracia diante das tensões autoritárias, verticalizadas, de controle social a que nos leva o desenvolvimento tecnológico sem controle democrático.

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS REPRESENTANTES (Alfredo Fratti).

- Do meu ponto de vista, tudo o que o professor diz é como uma espécie de escravidão moderna. Assim sinto eu, estamos escravizados; não podemos nem ir ao banheiro sem este aparelho.

O senhor dizia que a Europa tem isso claro; seria bom saber por onde a Europa está indo nesse sentido, por onde o senhor acha que está indo, porque isso é incipiente.

Acho que sim, temos de pensar. Isso está nos mudando: em alguns casos para bem e em outros, com dificuldade.

Ao mesmo tempo, quero conhecer a sua opinião sobre a renda básica, porque claramente dá a impressão de que no médio prazo, se não houver algo disso, algo desmorona, porque no robô botam óleo e ele continua funcionando. Obrigado.

SENHOR LASSALLE (José María).- A comissão tem como elemento definidor de um vetor que acompanha todo o desenvolvimento do novo modelo económico europeu o que se chama de uma transição digital humanística, que significa, em primeiro lugar, levar a cabo processos de regulação legislativa que garantam a equidade e a função social da transformação digital, evitando o agravamento das brechas de desigualdade que já existem. Em segundo lugar, fixar um modelo de governança que institucionalize uma carta de direitos digitais, ou seja, que reconheça uma nova geração de direitos fundamentais.

Da mesma forma que na construção da democracia liberal e do estado social e democrático de direito, baseado em camadas progressivas de direitos universais humanos - uma camada de liberdade, uma camada de igualdade, uma camada cooperativa -, surgiu - e está surgindo no imaginário - a urgência e a necessidade de articular uma nova carta de direitos digitais, que permita a configuração de direitos de liberdade, de direitos de igualdade, de direitos de relação do cidadão com a administração, enfim, toda uma série de elementos que fazem parte da cultura democrática do Ocidente, e é que não há progresso sem direitos. A instrumentalização do progresso se transforma em direitos individuais e em direitos coletivos.

Em terceiro lugar, junto a esse elemento de governança na regulação legislativa, reconhecimento de direitos, geração de uma transformação do modelo educativo, buscando fundamentalmente que a educação no século XXI e em relação com a tecnologia seja uma educação que sobretudo busque gerar habilidades críticas que tornem o ser humano insubstituível em sua colaboração com a máquina. Ou seja, é preciso - e esta é uma parte muito importante da proposta que estamos fazendo - refletir sobre como vamos nos relacionar com as máquinas e que as máquinas não obstaculizem a permanência do trabalho humano e da criatividade humana.

Por isso, os modelos educativos devem se orientar para aproveitar o que a máquina e a inteligência artificial podem fazer. Por exemplo, no Japão há um enorme esforço para orientar toda uma estratégia legislativa sobre o papel que o robô vai ter - já tem, mas terá mais no futuro - nos cuidados com a população idosa. Hoje em dia, devido ao decréscimo demográfico do Japão, há um problema na hora de abordar como se desenvolve a estrutura de cuidados dos idosos; o Japão tem uma enorme longevidade, estão se aproximando cada vez mais de uma média de idade próxima dos cem anos. Além disso, as unidades familiares são singulares, de modo que não há capacidade para que a família ampare e proteja os idosos, e são os robôs que começam a desempenhar a função dos cuidados.

Qual será o desenho que os robôs terão na hora de desenvolver os cuidados com que tratarão os idosos? Ou seja, como geramos mecanismos de empatia no robô para que a inteligência artificial e a autonomia que têm nas decisões façam com que o idoso se sinta protegido e tutelado nos cuidados. Essas dinâmicas não podem nascer de modelos de negócios; evidentemente, os robôs devem se desenvolver dentro de um mercado competitivo, que fixe regras do jogo que garantam a concorrência leal entre empresas, mas precisamos que os dados que os robôs vão manejar, que os algoritmos que vão gerir a autonomia com que os robôs acionem, tenham um marco ético que proteja o ser humano e não o submeta à dominação. O robô vai ter de identificar perfeitamente que o idoso é um ser que, apesar de ter limitada sua capacidade de autonomia - pelas razões que forem - tem uma autenticidade nos fundamentos de sua dignidade que têm de estar amparados legalmente. Não podemos permitir que o desenho algorítmico da inteligência que dará autonomia ao robô seja fixado por um modelo baseado no modelo de negócio que fabrica o robô. Com isso não quero dizer que tiremos das empresas a capacidade de poder desenvolver os robôs, que são modelo de negócio, mas sim regrá-lo no mercado que permita salvaguardar um ordoliberal que faça com que essa realidade não desumanize o resultado que se busca e que não seja só a utilidade e a eficiência econômica do desenho que acompanhe o processo, mas que os cuidados sejam interpretados sob chaves sensíveis, interpretáveis a partir do que é a autenticidade do ser humano. Para isso se precisa do legislador. Para isso se precisa dos governos, da máquina administrativa, para zelar para que efetivamente o robô tenha umas normas de higiene, saúde e cuidados que pensem em proteger a dignidade do ser humano, não apenas tratá-lo a partir de uma eficiência econômica que torne viável o robô e a criatividade que alimenta o desenho dos robôs.

SENHOR SENADOR SÁNCHEZ (Alejandro).- Me ocorrem duas questões. No tema da revolução tecnológica tão disruptiva que estamos vivendo e da inteligência artificial, há duas questões. O senhor, em uma primeira etapa, concentrou-se nas redes sociais e nos algoritmos, e acredito que aí já há um debate instalado em nível internacional quanto a se a regulação das empresas tecnológicas deve ser autônoma ou se tem de haver legislação. De fato, o debate que se suscitou quando o Twitter decidiu tirar do ar uma publicação de Donald Trump gerou esse debate. Quem regula os conteúdos que estão ali? Isso se mistura com a liberdade de expressão. Há um debate bem interessante em caracterizar primeiro as plataformas no sentido de saber que características têm para ver depois que tipo de legislação é preciso abordar. Aí há um tema bem interessante.

Apesar de isso ser muito relevante - o senhor fazia referência à questão dos robôs -, acredito que há um debate que quase chega às questões éticas e morais. É provável que no curto prazo tenhamos veículos autônomos. Já existem muitíssimos, e vai avançar. Quando se programa esse veículo autônomo, há definições de valor ético. Ou seja, se eu vou dirigindo por uma estrada nacional e uma pessoa atravessa, sofro um acidente porque não tive os reflexos suficientes para evitá-la. Agora, quando quem estiver dirigindo esse carro for um robô, na realidade, a programação desse carro deve estabelecer o que ele valoriza mais. Valoriza a proteção do veículo

diante do ser humano que atravessa na rua? Valoriza mais a proteção do usuário diante daquele que atravessou? Aí há uma valoração em termos de que ser humano vale mais. Se essa máquina está programada para proteger o usuário - se vou comprar um carro autônomo quero que me assegure que não vou morrer em um acidente; aí não há legislação -, se esse é o eixo central do veículo autônomo, quer dizer que, se atravessa outro ser humano, essa vida deixa de ser importante.

Então, parece-me que aqui há um debate colocado em um veículo autônomo, colocado nos cuidados ou colocado em qualquer outra área em que a inteligência artificial atue. Há um debate de fundo, essencial, filosófico. Como bem me observa o deputado Valdomir, há um debate ontológico em termos do que estamos construindo. Portanto, não sei se o senhor, na sua elaboração - e no trabalho que estão fazendo na comissão da Comunidade Europeia -, avançou nisso. Em suma, há algumas recomendações em termos de avanços normativos, de leituras ou de debates que estejam sendo gerados e que possam ser de interesse para começar a ter elementos nesse sentido?

Muito obrigado.

SENHOR REPRESENTANTE VALDOMIR (Sebastián).- Agradecemos ao professor por estar hoje no Parlamento e àqueles que tornaram possível que pudesse nos acompanhar no dia de hoje.

Acho que há um elemento saudável a destacar desde o início mesmo da sua palestra, que é esta saudável tendência que cada vez está se fazendo mais presente em um debate necessário. Refiro-me a que liberais de puro-sangue - que se autodefinem liberais - estão preocupados com regulações e com colocar regulações para mitigar ou moderar as livres forças dos mercados e dos atores econômicos. Neste caso, lamentavelmente, estamos falando de atores transnacionais privados com muito mais poder que os Estados nacionais e que são fruto - justamente - desse deixar fazer e deixar passar, que deu origem à criação desses gigantes econômicos globais que, de alguma maneira, estão na origem do problema que o senhor desenvolveu.

O principal problema neste ponto - que eu já não coloco no terreno da ética e da moral, mas no das relações econômicas entre atores públicos e privados - está na questão da transferência tecnológica. Embora a União Europeia esteja - como o senhor bem disse - à frente em colocar novos marcos regulatórios e novos marcos de uso para este tipo de problemáticas, sistematicamente os atores globais rejeitaram colocar disposições para a transferência de tecnologias para os países mais pobres, seja no terreno agrícola, no terreno climático, no terreno energético, e todas essas tecnologias estão sujeitas a patenteamento. As patentes já não são só sobre mecanismos, mas também sobre processos intelectuais, algoritmos, etc. Então, encontrar uma solução para isso vai ser bem difícil e é possível que, além disso, como todas as coisas globais, primeiro se desenvolvam em um lugar que em outro, o que vai gerar um problema de segunda geração em relação a como os países mais empobrecidos ou com menos capacidade para enfrentar esses atores transnacionais

podem incorporar a seus países marcos regulatórios que, de alguma maneira, protejam o cidadão e a democracia.

O último elemento, professor, é o seguinte. O senhor mencionou muito as diferenças de gênero, mas nesta sala todos nascemos na galáxia Gutenberg, e este é um problema da galáxia Bezos, por assim dizer. Os nativos digitais não sei se pensarão exatamente o mesmo em relação a essa problemática. Além disso, aí temos um problema que já não é de gênero, mas de gerações. Os jovens, nossos filhos, que nasceram de 2002 em diante, que foram socializados e educados dentro dessa galáxia digital, não sei se compartilham exatamente as mesmas preocupações e os critérios que nós colocamos na discussão de hoje. Particularmente, a nossa preocupação central como seres políticos é com relação aos Estados, às democracias e aos sistemas republicanos.

Muito obrigado.

SENHOR SENADOR RUBIO (Enrique).- Considero o seu ponto de vista muito compartilhável. O senhor argumentou algumas ideias sobre como poderiam se desenvolver políticas públicas em relação ao modelo educativo para tentar contrabalançar isso. De todo modo, gostaria que explicasse um pouco mais o que significou esse desenvolvimento digital tanto nos modelos que a China aplica - por uma ponta - quanto nos que os Estados Unidos aplicam de forma predominante - na outra - ainda que, paradoxalmente, terminem em lugares semelhantes, quanto à intrusão na privacidade e na intimidade dos sujeitos. Parece-me que esse é um tema muito relevante.

Na verdade, compartilho grande parte das apreciações de Han e dos desenvolvimentos que foram feitos sobre essa questão. Parece-me que aqui há um dos nós que não percebemos na medida em que somos modelados por este tipo de desenhos, seja de um extremo ou do outro, mas modelados afinal.

Obrigado.

SENHOR SENADOR DOMENECH MARTÍNEZ (Guillermo).- Acho que estamos em uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, a que eu chamaria de supercapitalismo, que engoliu a democracia, porque quando as empresas privadas são as que ditam as normas aos governos, como vimos que acontece, acabou aquela famosa definição de democracia que dava Abraham Lincoln, do governo do povo, pelo povo e para o povo. Estamos diante de um governo mundial de grandes poderes econômicos. Então, não vejo como os governos podem pôr um limite a essas empresas; gostaria de ver, porque estou interessado em defender a democracia. Acho que a democracia não é liberal, mas democracia sem adjetivos, porque é muito mais antiga que o liberalismo; os grandes condutores políticos, pelo menos do nosso país - e creio que da hispanidade em geral -, não precisaram de qualificativos filosóficos para a democracia. Nosso general Artigas - todos nós sabemos perfeitamente bem - disse: "Minha autoridade emana de vós, e ela cessa diante de vossa presença soberana", e não precisou introduzir nenhum elemento de caráter filosófico.

O certo é que o capitalismo nos levou a este desenvolvimento material em que as empresas são mais poderosas que os governos e não vejo, por ora, que os governos - os que podem fazê-lo, porque o governo do Uruguai é muito fraco no concerto internacional para fazer uma coisa dessas - possam pôr, como diz o homem do campo, o guizo no gato e ditar normas a essas grandes empresas tecnológicas. Gostaria de ver, de uma pessoa que evidentemente estudou muito o tema e tem muito conhecimento da problemática, uma proposta concreta sobre como os governos podem reassumir o poder, porque esta é uma disputa pelo poder. Sem dúvida há problemas de ordem ética, etc., etc., mas no fundo é uma disputa pelo poder. Quem manda: essas superempresas ou os governos? Isso é o que eu gostaria de ouvir; algo mais concreto sobre este ponto.

SENHOR PRESIDENTE.- Primeiro tem a palavra o senhor deputado Ope Pasquet e depois a senhora deputada Alexandra Inzaurrealde. Depois, vamos deixar o professor falar, que não sei se disse que foi ministro de Estado espanhol, precisamente na Secretaria de Sociedade da Informação e Agenda Digital até 2018.

SENHOR REPRESENTANTE PASQUET (Ope).- Antes de tudo, boa tarde, professor, e muito obrigado pela sua exposição. Uma pergunta: poderia nos indicar algum caso de regulação bem-sucedida nesta matéria? Ficou claríssimo que é muito mais o que falta fazer do que o que já foi feito, mas quero saber de algum caso que possa servir, se não como modelo, pelo menos como ponto de referência para começar o estudo desses temas.

Era isso, obrigado.

SENHORA REPRESENTANTE INZAURREALDE (Alexandra).- Boa tarde. Muito gentil; na verdade, a palestra é mais que oportuna pela preocupação que os colegas estão assinalando no sentido de que realmente nos vemos como prescindíveis, já que existe essa sensação, que passa a ser compartilhada pela cidadania, de que as decisões não passam pelo sistema político. O sistema político não tem capacidade de poder entender se não conhece o que está sendo regulado; é preciso ver de que maneira podemos regular isso. Ou seja, qual é o começo e qual é a ponta do novelo, e como podemos confiar e dar legitimidade a essas regulações se não as compreendemos. Creio firmemente que o fato de nos informarmos já é um bom começo. Essa sensação de ser irrelevante é a maior violência que se pode chegar a sentir; antes eram as armas, e amanhã a dificuldade vai passar por nos sentirmos insignificantes e ver que as decisões nos escapam. Creio que muitos fenômenos políticos recentes estão nos mostrando essa desconfiança das pessoas diante de que as soluções não passam pelo sistema político.

O outro aspecto que o senhor mencionava, além da informação e do poder que ela dá para regular os processos, que ao mesmo tempo é preciso administrar, é o fato de trabalhar a espiritualidade, porque é o que nos diferencia como seres humanos. Tudo passa pela regulação ou também passa por esses processos como a espiritualidade que, no fim das contas, nos dignificam como seres humanos? Como assinalava o senador, as máquinas

um dia vão estar programadas para medir o processo físico das emoções e poder assim, de alguma forma, prever as condutas. Hoje fazemos isso de forma natural, quase intuitiva, mas uma máquina vai poder determiná-lo.

Muito obrigada, muito gentil, e parabéns.

SENHOR REPRESENTANTE ANDÚJAR (Sebastián).- Bem-vindo, muito obrigado por compartilhar seus conhecimentos conosco.

É muito interessante o que o senhor senador Sánchez colocava sobre os debates que a humanidade deve a si mesma a respeito de alguns temas que estão por vir. Nos interessaria conhecer a sua opinião sobre o quanto tudo isso afeta a liberdade das pessoas, o quanto repercute na liberdade dos seres humanos o avanço tecnológico.

Por outro lado, os tempos legislativos são lentos; com base nas discussões e nos debates, são bastante lentos em relação à vertigem da tecnologia, e talvez uma legislação nunca esteja atualizada ao ritmo em que a tecnologia se move no mundo. Que opinião o senhor tem sobre como legislar e conseguir acompanhar os tempos tecnológicos?

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Adiamos o início da sessão para ter esta instância muito valiosa com o senhor, mas sabemos que tem uma agenda bastante apertada. Pedimos que faça um encerramento; depois poderemos encaminhar as perguntas que restarem.

SENHOR LASSALLE (José María).- Muito obrigado, e obrigado a todas as intervenções dos parlamentares aqui presentes, que resumi em oito e vou tentar enfrentar agora. Colocaram uma primeira questão sobre quem deve regular; esse era um dos temas que estavam sobre a mesa. Deve regular o Estado democrático e deve fazê-lo buscando estabelecer canais multilaterais em nível global, inseridos na governança global que também temos por meio das Nações Unidas. Portanto, o esforço tem de ser duplo: estatal e regional na parte em que estão articulados os desenhos de governança regionais. Na Europa isso é paradigmático, mas na América Latina o Mercosul também pode abordar determinados esforços normativos nesse campo. É verdade que a Europa levou a cabo um processo de integração supranacional que desconfigurou os relatos mais territorializados e locais que vinham acompanhando sua construção nos últimos séculos, e essa é uma vantagem competitiva que ela tem em relação a outras áreas geográficas. Mas, em todo caso, o modelo de governança deve ser estatal, sobretudo porque aqui o que estamos falando - isto me permite referir-me à reflexão que o senhor deputado colocava sobre o poder - é de que há dois poderes em contradição. Isso se viu em 6 de janeiro de 2021 com o assalto ao Congresso dos Estados Unidos, quando se decidiu por parte de várias corporações tecnológicas encerrar as contas no Twitter e no Facebook de Donald Trump. Fizeram isso não porque o legislador estabelecesse que tinham de fazê-lo, mas porque motu proprio se alinharam com a democracia. E isso o que evidenciou? Evidenciou, como dizia Carl Schmitt, que soberano é quem decide nos momentos

de exceção. E em um momento de excepcionalidade democrática, como viveram os Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, não foi a democracia que venceu a tentativa de golpe de Estado que esse país viveu, mas a decisão de vencer foi consequência do exercício de um poder aristocrático, não democrático, nas mãos de umas corporações tecnológicas.

Jack Dorsey, CEO do Twitter, explicou em vários tuítes que lamentava ter de fazer isso, mas que prevalecia o dano reputacional que a marca podia ter sobre o que tinha sido uma insistência constante sua: salvaguardar a liberdade de expressão do presidente Trump para dizer o que todos sabíamos que estava dizendo havia meses, que as eleições iam ser uma fraude.

Esse poder tecnológico é um poder aristocrático, em termos clássicos do republicanismo: Salústio, Tito Lívio. É um poder aristocrático que está nas mãos de poucos e não está submetido ao governo de todos. Portanto, a regulação tem de ser enfrentada por um governo democrático com tudo o que isso representa.

Isso tem uma implicação especial, como bem assinalava o deputado, sobre o veículo autônomo, mas, em geral, todos os processos que têm a ver com a inteligência artificial. Na medida em que, evidentemente, devemos fixar os padrões, os parâmetros éticos que permitam a autonomia maquínica; as máquinas devem ter capacidade para poder decidir, mas essa capacidade para poder decidir tem de se ajustar a critérios éticos. O exemplo que foi dado é assim. Um veículo autônomo, quando enfrentar o cenário de decidir quem tem de levar pela frente porque se produz um daqueles momentos fatídicos em que um bebê, um idoso, um jovem podem ser atropelados pelo carro, quem ele protege? Seriam os mesmos critérios que acompanharam a administração das vacinas durante a pandemia? Quais seriam então os critérios? Devemos deixar isso nas mãos das empresas que fabricam o veículo autônomo? Ou todos nós que estamos aqui aceitaremos e admitiremos que dependerá, evidentemente, do legislador? E o legislador terá de se nutrir da ética pública sobre a qual se constitucionaliza a convivência de uma sociedade democrática. Evidentemente, há uma ética constitucional, há uns princípios. E isso me permite ir enlaçando com o que a deputada colocava sobre se já existia alguma reflexão sobre isso. A reflexão que apresenta o Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre Inteligência Artificial do ano 2018 da Comissão Europeia assinala que, para enfrentar as regulações éticas de que estamos falando, a base da democracia - na Europa dizem da democracia liberal - é esperançosa para enfrentar um horizonte ético que regule os processos que estamos aqui descrevendo, sendo os direitos fundamentais a base ética e normativa desse cenário. Portanto, quem deve ser: o Estado ou a empresa quem o defina? É evidente, como dizíamos: o Estado.

Indo à reflexão que o deputado colocava sobre os liberais, quero dizer que eu pertencço a essa estranha família liberal democrata que leu muito profundamente Adam Smith, mas o Adam Smith de A riqueza das nações, da Teoria dos sentimentos morais, que se entronca com uma teoria jusnaturalista, que interpretou que antes dos direitos estão os deveres, que pertence a uma tradição

humanista que parte de Erasmo e que construiu toda a cultura da modernidade política, sem a qual não poderíamos entender o pensamento da democracia liberal, na minha opinião.

Adam Smith dizia, entre muitas outras coisas, que sempre que dois ou mais empresários se reúnem, fazem-no para conspirar contra o mercado. Isso dizia Adam Smith. Certo?

John Kenneth Galbraith dizia que há três livros sobre os quais todo mundo fala e ninguém leu: a Bíblia, A riqueza das nações e O Capital. Pois bem, aqui se cita Adam Smith sem ter lido Adam Smith. E alguns se autoproclamam liberais, sem saber muito bem o que é o liberalismo. Certo?

Portanto, para os liberais, a regulação é básica. Outra coisa é o alcance da regulação, e aí podemos encontrar John Rawls ou Hayek; provavelmente o Hayek mais liberal e menos neoliberal, mas veremos qual é o alcance da regulação. Um liberal não pode entender a realidade sem regulação. Dizia-o Montesquieu em outro livro basicamente liberal, como é O espírito das leis: "Para que exista liberdade, tem de existir lei; se não, é licenciosidade". Portanto, esse é um construto que acompanha a reflexão que aqui estamos propondo, e que a Europa incorpora porque, entre outras coisas, assume que o Iluminismo em sua protoconstituição fracassada e no relato de quais são os princípios basilares sobre os quais se configura essa reflexão que aqui estamos propondo de uma transição digital humanística se assenta sobre o Iluminismo e, portanto, esses são os parâmetros regulatórios em que acredita como essência de seus fundamentos. Isso faz com que, ao falar da transferência tecnológica - estou de acordo - é uma transferência que, em algum momento, terá de propor... como acontece curiosamente com a propriedade intelectual, que no âmbito da autoria está sujeita a uma temporalidade; há um direito moral de autor que não termina nunca, é eterno e sucede à sua própria vida, que é seu reconhecimento como autor e os valores morais que acompanham a autoria. Mas a exploração econômica de uma obra criativa é limitada no tempo. Por quê? Porque se reconhece que há uma função social que acompanha a obra criativa. O criador só pôde fazer sua obra em contato com uma sociedade; portanto, tem um monopólio de exploração durante um tempo, mas esse tempo é limitado. E, a partir daí, entra em um espaço público de exploração. Isso nasce de uma ideia que surge na República de Weimar no debate constitucional sobre a propriedade privada, onde se incorpora à propriedade privada um modelo de função social. Ou seja, a propriedade privada se transforma durante o período entreguerras e desaparece como uma propriedade napoleônica, no sentido mais fisiocrático do termo, que a considerava como um direito absoluto, para passar a ser um direito com uma função social, e gera propriedades especiais. E seguimos dentro de uma lógica iusprivatista da propriedade, portanto, não estamos entrando em uma socialização marxista da propriedade. Certo? Portanto, esse debate pode ser perfeitamente transferido para o âmbito da propriedade industrial, como também acontece que acompanha o desenho dos algoritmos. E terá de ser assim. Em algum momento, o Google não poderá continuar exercendo um monopólio sobre o seu algoritmo indexador. Certo? Portanto, isso está por trás da proposta, depois veremos

como; mas, enfim. Mas isso está na filosofia que deve acompanhar o que aqui estamos descrevendo.

SENHOR SENADOR DOMENECH MARTÍNEZ (Guillermo).- Desculpe, permite-me?

Durante a República de Weimar, Leão XIII já falava da função social da propriedade. E João Paulo II, na Centesimus annus, fala também de que o direito de propriedade tem duas dimensões: uma individual e outra social. Digo isso porque me parece que no campo do debate de ideias é bom ter presente também a doutrina social da Igreja.

SENHOR LASSALLE (José María).- Estou totalmente de acordo; mas, do ponto de vista jurídico, não.

Além disso, eu ia tocar no meu tema, que é a propriedade. Fiz a minha tese de doutorado sobre John Locke e a Teoria da propriedade. É um tema que conheço bastante a fundo.

De todo modo, há um debate muito interessante entre dominicanos e franciscanos no século XIII, no qual se propõe uma reflexão sobre quem é proprietário dos bens que a congregação franciscana tem, ou seja, se a Igreja ou os próprios franciscanos, e poderíamos nos eternizar nisso. É aí que se debate entre propriedade e posse.

Indo ao tema que nos ocupa, compartilham isso os nativos que nasceram a partir de 2002 ou 2003, ou seja, a Geração Z, que neste momento está em torno dos vinte anos, que ainda não é absolutamente nativa no sentido de que seus pais não são nativos digitais e, portanto, na parte da educação que recebem, especialmente nas famílias em que na vida doméstica habitam os livros, são também devedores da galáxia Gutenberg. Portanto, não estão desapossados da sombra do livro, mas o livro ainda é operativo na mentalidade desses jovens.

Acabo de participar de um projeto muito interessante que se intitula El Futuro es Ahora, que é um projeto que conseguiu articular mais de quinze mil pesquisas com jovens dessa geração, nas quais se propôs uma reflexão tentando identificar onde está o que pensam, o que sentem e o que aspiram, e é curiosa a profunda conexão que têm com muitos dos valores que aqui estamos assinalando. Ou seja, não me preocupam os jovens, mas a reação dos que não somos tão jovens diante do fenômeno que estamos descrevendo. Além disso, esses jovens, e particularmente minhas filhas ou os filhos de alguns de nós que estamos aqui, que têm oito anos, provavelmente vão viver projetos educativos em que as habilidades críticas contribuam para uma emancipação em relação ao vínculo que mantenham com a tecnologia.

Será socializável? Eu acho que por meio de diretrizes educativas. É preciso reconstruir uma nova paideia para a regulação educativa que proponha a introdução

de habilidades críticas e capacidades emancipatórias. Isso se conecta com a reflexão sobre a privacidade e a intimidade, que o senador colocava. Estou completamente de acordo em que evoluímos a partir dos autores que ele citou. Tem sido um cenário em que nos aproximamos mais do que pensamos de um panóptico. Refiro-me ao panóptico de Bentham, que identificou e analisou muito bem nos anos vinte do século XIX, que de alguma maneira é o modelo de um capitalismo que efetivamente, por meio de seu desenho de plataformas, está utilizando nossos dados de maneira extrativa, que apesar da proteção que os dados têm por meio de regulamentos e legislação como já existe - este é um primeiro passo -, no entanto, permitir que os dados por agregação, que estão associados ao nosso rastro, não nos protegem plenamente na nossa privacidade. Ao introduzir pequenas variáveis nos dados se sabe perfeitamente quem está por trás de um IP, apesar da aplicação do regulamento que está, por meio da livre proteção de dados, nos amparando e protegendo em nossa intimidade e privacidade. Portanto, precisamos ir além no modelo de governança e gerar estruturas de cibersegurança na própria governança que protege nossos dados. Isso me leva à reflexão que colocava sobre o capitalismo.

Já termino, presidente, porque estou abusando da paciência de Vossas Excelências, como se diz na Espanha. Claro, o capitalismo engoliu o capitalismo, dizia o senhor deputado, e, portanto, como colocamos o guizo no gato. O capitalismo engoliu o capitalismo no sentido de que estamos diante de um capitalismo cognitivo, que, insisto, nos trata estritamente como consumidores e geradores de dados e, portanto, modelou um novo desenho. O capitalismo original se baseava em uma ação responsável na hora da fixação que regula os preços, porque se supunha, seguindo Adam Smith, que a espontaneidade do mercado que fixava os preços, em um marco de concorrência leal, equiparava nossos desejos com nossas necessidades e nossas capacidades econômicas em um exercício racional da decisão. Esse desenho não faz parte da proposta que está por trás do que nos move a baixar determinado aplicativo. Não é um elemento racional o exercício da ação que fixa a decisão econômica em um mercado analógico, mas aqui a racionalidade não opera, porque isso vai evoluindo cada vez mais para o âmbito mais simbólico e mágico do que para o âmbito racional.

Como colocamos o guizo no gato? Tentando alinhar os ativos que os poderes públicos têm na hora de desenhar uma agenda legislativa. É preciso identificar quais são os ativos que os Estados têm. Por exemplo, a França fez isso com seu plano estratégico sobre inteligência artificial e a Europa vai fazê-lo agora com o regulamento de inteligência artificial e identificou quais são suas capacidades. A França identificou muito cedo que tinha uma grande capacidade para poder desenvolver algoritmos muito complexos, que vão gerir os dados no âmbito da internet das coisas. Por quê? Porque as bases matriciais desses algoritmos requerem matemáticos teóricos e a França é um país extraordinariamente bem posicionado no âmbito da matemática teórica. Portanto, tem capacidade para poder fazê-lo alinhando esses recursos, e gerou uma agência que organiza o trabalho em rede de todos os matemáticos e os associou com os matemáticos alemães. Para quê? Para desenvolver um modelo de inteligência artificial a serviço de uns interesses estratégicos

da França, que buscam que salvaguarde sua competitividade estratégica em setores como a indústria de armamentos, a cultura e a proteção do patrimônio, a indústria agroalimentar e vitivinícola - neste momento têm um desenho de smart farming invejável em nível global - e a indústria automobilística em torno do veículo autônomo. Ou seja, compreendeu e identificou seus ativos e os alinhou em uma estratégia de país baseada em um princípio de responsabilidade. Esse modelo de governança torna viável introduzir mecanismos de controle que podem pôr o guizo no gato.

O motivo não é apenas de tamanho. O Uruguai tem um nível de infraestruturas tecnológicas invejável e muito desejável. Por quê? Porque tem um âmbito de experimentação invejável para o desenho, a partir do tráfego de dados que é capaz de gerir, para projetos-piloto de todo tipo, por exemplo no âmbito do 5G. O 5G é fundamental e fazem falta laboratórios experimentais, e o Uruguai tem capacidade para se converter em um laboratório experimental, porque tem umas infraestruturas tecnológicas únicas na América Latina. A Espanha as tem na Europa. Nós temos mais fibra instalada que Alemanha, Itália, França e Reino Unido juntos. Só nos supera a Finlândia.

Portanto, é preciso identificar os diferentes alinhamentos e ativos. Por que, por exemplo, o Uruguai pode ter também uma vantagem competitiva na gestão de seus dados? Porque a complexidade dos dados que o Uruguai aporta o aproxima muito da Europa, por seus níveis de renda, por seus níveis formativos, por seus níveis de repartição de riqueza e de gestão de complexidade sem polaridades. Ou seja, os dados que as redes no Uruguai aportam têm um valor maior - não quero estabelecer comparação - que o de outros países vizinhos ou países da região. Isso, somado a ser um âmbito em que há uma implantação de infraestruturas tecnológicas e uma experiência institucional de governança, o posiciona como uma nação digital, com capacidades que outros não têm, e que o torna atraente. Não é casual que este país tenha um unicórnio e provavelmente tenha mais um, para o tamanho que tem, dentro dos vinte e dois unicórnios que a América Latina tem.

Essas são as possibilidades de que uma estratégia de inteligência artificial poderia perfeitamente identificar os ativos e alinhá-los. É aí que há regulações bem-sucedidas. Por exemplo, como assinalava com o caso francês.

Termino agradecendo a oportunidade de falar hoje diante de todos vocês.

Muito obrigado.

(Aplausos)

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado, José María.

Um agradecimento especial à Universidade Católica, a Facundo, a Ana Fascioli e a Miguel Pastorino, e a todos vocês por participarem.

Aproveito a oportunidade para dizer que na Comissão de Futuros estamos trabalhando integrantes de todos os partidos - não me deixam mentir porque vários deles estão presentes - em propor, para a Lei N° 20.000, que falta pouquinho, uma comissão legal de especialistas - há antecedentes no Parlamento -, para procurar uma carta de direitos digitais em um prazo que será visto no Parlamento, que pode ser de seis meses. A ideia é usar a Lei N° 20.000, que é um número simbólico, para algo que realmente nos projete ao futuro.

Então estivemos conversando nestes últimos dias com a senadora Nane, com o Partido Colorado e com o Cabildo Abierto, para que nas próximas semanas - faltam três leis para a N° 20.000 -, tanto na Câmara de Deputados quanto na dos Senadores, possamos criar uma comissão de especialistas a fim de que em um prazo de seis meses nos proponha uma carta de direitos digitais, para não ficarmos para trás nisto que hoje ficou claro que é mais necessário que nunca, e pelo menos possamos debatê-la.

Obrigado, professor. Vamos tê-lo novamente se Deus quiser.

Obrigado à Universidade Católica e a todos por participarem.

(Aplausos)

—Está encerrada a reunião.

(São 16 horas e 33 minutos)

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.